

Web Revista Linguagem,
Educação e Memória

ISSN 2237-8332

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

Possible connections between language policies and Portuguese as a host language: considerations from recent studies

Marlon Correa Amaral¹

Gilmar Bueno Santos²

Resumo: Propomos neste artigo fazer um breve levantamento bibliográfico, destacando ações de políticas linguísticas de ensino de Português como Língua de Acolhimento (doravante PLAc) em pesquisas acadêmicas. Desse modo, foram observados três estudos recentes, os quais foram concebidos como política linguística, à luz da teoria de Alencar (2019), Spolsky (2004), Shohamy (2006), Calvet (2007). Para tanto, nesta perspectiva entende-se a área de PLAc, seus cursos de extensão e elaboração de materiais didáticos como políticas linguísticas reais que ajudam grupos minoritários, imigrantes e pessoas em situação de refúgio, que chegam no Brasil.

Palavras-chave: Política Linguística; PLAc; Imigrante e Refugiados.

Abstract: The aim of this article is to make a brief bibliographical survey, highlighting actions of linguistic policies for teaching Portuguese as a host language (hereinafter PLAc) in academic research. Thus, three recent studies were observed, which were conceived as linguistic policy, in the light of the theory of Alencar (2019), Spolsky (2004), Shohamy (2006), Calvet (2007). Therefore, from this perspective, the PLAc area is understood, its extension courses and the elaboration of teaching materials as real language policies that help minority groups, immigrants and people in refugee situations who arrive in Brazil.

¹Mestrando em Letras na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Brasil. Professor Efetivo de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amapá – Brasil. E-mail: amaral.letras@gmail.com

²Doutor em Estudos Linguísticos Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Realizou estágio pós-doutoral em Linguística na Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil e na Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne – França. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil. E-mail: buenos.gilmar@gmail.com.

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

Keywords: Language Policy; PHL; Immigrants and Refugees.

1 Introdução

A crise política migratória mundial que assola conseqüentemente o Brasil está aumentando o número de imigrantes e solicitantes de refúgio ao CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados). De acordo com dados fornecidos pelo Comitê, de janeiro de 2017 até junho de 2020 foram 17.864 pedidos de reconhecimento da condição de refugiado, de 44 nacionalidades. Desse número, apenas 1,2% dos pedidos foram indeferidos. Cerca de 97,7% desses imigrantes vêm da Venezuela, 0,4% da Síria, 0,3% de Cuba, 0,2% de Angola, entre outras nações. Por conseguinte, essas pessoas migraram para várias regiões do país e enfrentaram a carência de políticas públicas efetivas voltadas para o acolhimento de estrangeiros como, por exemplo, as que favorecem a inserção de modo adequado e qualificado no mercado de trabalho, o acesso aos serviços básicos de saúde e de educação (desde a educação básica ao ensino superior), a participação em cursos de PLAc que abordem, de forma não discriminatória e humanitária, aspectos linguísticos-discursivos e multiculturais inerentes ao processo de ensino-aprendizagem de línguas, os quais são basilares para a participação social autônoma, crítica, ativa, reflexiva e ética desses indivíduos.

Destarte, além de políticas públicas de qualidade para receber imigrantes, há também outra gritante necessidade: proporcionar a socialização desses indivíduos, facilitada pela aquisição da língua materna do país de acolhimento. Bauman (2017) enfatiza na obra “Estranhos a nossa porta”, que ao invés de muros construídos para vetar fronteiras para refugiados de vários países, alegando proteção do Estado, deve-se construir pontes, a fim de que barreiras sejam superadas.

Neste sentido, vem se desenvolvendo no âmbito dos estudos em Linguística Aplicada (LA), mais especificamente na subárea do Português como Língua Adicional (PLA): o Português como Língua de Acolhimento (doravante PLAc). Essas pesquisas têm ganhado bastante notoriedade, o que tem ajudado imigrantes no aprendizado da língua portuguesa, além de viabilizar políticas linguísticas reais (SHAHOMY, 2006) no que diz respeito ao ensino e aprendizagem de PLAc.

Com base em estudos sobre política linguística (ALENCAR, 2019; SPOLSKY, 2004; SHOHAMY, 2006; CALVET, 2007) e suas relações com o PLAc, acredita-se, então que essa

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

nomenclatura surgiu como uma política linguística possível, a qual recepciona imigrantes em nosso país.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é fazer um breve levantamento bibliográfico sobre algumas pesquisas, que tiveram como foco políticas de língua realizadas com grupos minoritários, neste caso, o PLAc. Desse modo, explicita-se o processo metodológico de cada pesquisa e resultados obtidos.

O artigo estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção discute-se o conceito ampliado de política linguística e suas conexões com o PLAc. Na seção seguinte, apresenta-se o PLAc e seu papel para o imigrante e, por fim, são expostas as pesquisas desenvolvidas por São Bernardo (2016), Soares (2019) e Balzan; Kanitz (2020), com destaque no percurso metodológico e nos resultados apresentados por cada um dos pesquisadores. Assim, conclui-se com as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 O português como Língua de Acolhimento (PLAc)

De acordo com o cenário de refúgio e migração no mundo, dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) mostram que já há aproximadamente 70 milhões de pessoas deslocadas de seus países. Esses imigrantes deixam seu lugar de nascimento por diversos motivos, tais como guerras, perseguições, crises na economia do país de origem, discriminação ou até mesmo para buscar melhorias na vida. São pessoas que passam a ter uma condição minoritária no país que acolhe, assim sendo sujeitos de uma nova ordem global pós-moderna (SILVA; COSTA, 2020).

Portanto, conforme o cenário descrito no parágrafo anterior, o PLAc vem se apresentar como uma alternativa de operacionalização para receber esses imigrantes em nosso país. Sobre a nomenclatura PLAc, sua primeira menção e definição foi apresentada pelos pesquisadores Ançã (2003), Grosso (2010) e Amado (2011). Para elas, acolher indivíduos por meio da língua dá o direito de existência e acesso a cidadania aos que aprendem. Sobre esse fato, Grosso (2010, p.74) enfatiza que

[...] língua acolhimento aproxima-se da definição dos conceitos de língua estrangeira e língua segunda, embora se distinga de ambos. É um conceito que geralmente está ligado ao contexto de acolhimento, expressão que se associa ao contexto migratório, mas que, sendo geralmente um público adulto, aprende o Português não como língua veicular de outras disciplinas, mas por diferentes necessidades contextuais, ligadas muitas vezes à resolução de questões de sobrevivência urgentes, em que a língua de acolhimento tem de ser o elo de

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

interação afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática (GROSSO, 2010, p.74).

É a partir desta ótica que a definição de PLAc diz respeito à maneira como a língua é ensinada, objetivando atender a contextos específicos de pessoas que precisam adquirir o idioma para fins de suprir necessidades básicas, como por exemplo: conseguir um trabalho, acessar serviços públicos, alugar uma moradia, entre outros, os quais a articulação com a língua é indispensável.

Nesta perspectiva, o PLAc, apresentado como uma política linguística neste artigo, é um termo que diz respeito ao ensino de Português para indivíduos que saíram dos seus países e que adotaram o Brasil como seu país novo. Assim, Lopez (2018, p. 20) complementa que “[...] o PLAc é uma prática de ensino-aprendizagem crítica, orientada para [...] grupos de imigrantes em condição de minoritarizados ou de vulnerabilidade que desejem aprender a língua majoritária do Brasil.” (LOPEZ, 2018, p. 20).

Convém ressaltar que a língua portuguesa, ao ser abordada como majoritária, evoca a concepção de que o nosso país é uma nação plurilíngue e, por conseguinte, devem ser atribuídos graus de importância semelhantes a todas as línguas presentes nesse contexto, independentemente do número de falantes.

Dessa forma, observa-se o crescimento de ações de pesquisas, ensino e extensão nas universidades brasileiras voltadas para o ensino da língua portuguesa como língua de acolhimento para pessoas que migraram para o Brasil (LOPEZ, 2016). Em vista disso, essas crescentes ações estão sendo vistas como uma especificidade do Português Língua Adicional, logo, essas atividades específicas dão origem ao PLAc. Sobre essa nomenclatura, Lopes e Diniz comentam que o PLAc:

se dedica à pesquisa e ao ensino de Português para imigrantes, com destaque para deslocados forçados, que estejam em situação de vulnerabilidade e que não tenham o Português como língua materna. Seu objetivo é a produção e circulação de saberes linguístico-discursivos que, em última instância, contribuam para processos de territorialização [...] (LOPEZ; DINIZ, 2018, p. 174).

Por esse viés, Língua de Acolhimento caracteriza-se como um instrumento de mobilização de políticas linguísticas às parcas políticas públicas brasileiras voltadas para imigrantes. Portanto, o PLAc tem se constituído como uma ação política diante da promoção do ensino da língua portuguesa para esses indivíduos acolhidos.

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

No território brasileiro, o PLAc se desenvolve como uma política linguística devido seu caráter emergencial no contexto de migração, assim sendo uma representação de um ato político que visa garantir dignidade e justiça social.

3 Uma discussão sobre política linguística em contexto de PLAc

Nesta seção, busca-se discutir o conceito ampliado de política linguística, o qual contribui para a proposta de reflexão sobre as pesquisas que abordam o ensino do Português para grupos minoritários. Inicialmente, far-se-á um panorama sobre os conceitos de política linguística propostos por Shohamy (2006) e seus seguidores. Na sequência, busca-se elencar as pesquisas sobre ensino de PLAc como política linguística possível para pessoas em situação de imigração e/ou refúgio no Brasil.

As ações das pesquisas apresentadas nas próximas seções deste artigo serão consideradas como ações de políticas linguísticas possíveis, pois elas se configuram como uma decisão sobre o uso da língua em diferentes contextos, nos quais esses usos podem ou não ter relações com documentos oficiais.

De acordo com o fato apresentado, se faz necessário compreender do que se trata política linguística. Em Calvet (2007) percebe-se que há uma distinção entre política linguística e planejamento linguístico. Segundo ele política linguística é “a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007, p.11), e planejamento linguístico é “implementação prática de uma política linguística” (CALVET, 2002, p.146).

Neste sentido, observa-se que os termos são indissociáveis, então, esse estudo alinha-se as teorizações de Shohamy (2006), Spolsky (2004) e outros autores que discutem uma ampliação da compreensão sobre política linguística, haja vista que “o sentido central de que a maioria das políticas concebidas estão mais no campo das representações e práticas linguísticas do que, de fato, das políticas “verticais” efetivas por órgãos oficiais” (ALENCAR, 2019, p. 329).

Com isso, Alencar (2019) explica que política linguística designa o processo e o resultado de uma ação pensada e executada em relação à língua, considerando as ações empreendidas tanto por/nas verticalidades (ações oficiais), quanto por/nas horizontalidades (ações não oficiais).

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

Sendo assim, em Shohamy (2006) há duas grandes distinções que exemplificam as ações sobre a língua: as políticas linguísticas oficiais e as políticas linguísticas de fato. A primeira diz respeito aos documentos e normativas oficiais como citado anteriormente e a segunda se mostra por meio de ações elaboradas em um determinado contexto e executadas a partir de necessidade específica de um indivíduo ou grupo.

A concepção de política linguística que permeia as nossas discussões ao longo deste estudo é aquela que a partir de “caráter menos formal [...] evidencia, por vezes, movimentos de resistência com relação às ações oficiais [...]” (ALENCAR, 2019, p. 330). Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem de PLAc abarca o entendimento de uso de uma língua não somente para o desenvolvimento de competência comunicativa dos indivíduos, mas sim como um meio de formação de cidadãos cujas interações linguístico-discursivas com outras esferas serão fundamentais para a garantia de direitos e para a participação social.

Em vista disso, Silva (2016, *apud* Alencar, 2019, p.330) ressalta que as políticas linguísticas de fato “são determinadas por vários mecanismos ou dispositivos políticos [...], ou seja, por canais em que as políticas linguísticas são reproduzidas e manifestadas na sociedade”.

Logo, os canais, os quais o autor cita podem ser exemplificados pelas pesquisas relacionadas ao ensino do PLAc e o exame oficial de proficiência em Português (Celpe-bras). Este último configurando-se como uma política linguística oficial, entretanto com efeitos geradores de políticas linguísticas de fato.

Assim, é nesta perspectiva que se faz na seção seguinte conexões possíveis entre pesquisas recentes e suas ações para o ensino de PLAc enquanto política linguística para o acolhimento de pessoas vindas para o Brasil.

4 O que dizem os estudos recentes sobre o PLAc enquanto política linguística?

Considerando-se que as pesquisas sobre PLAc são vistas como políticas linguísticas reais e que elas promovem ações a partir das necessidades de um dado contexto, pode-se dizer que essa área de estudos vem contribuindo para que sejam fomentadas políticas linguísticas para grupos de minorias no país, no caso do Brasil, imigrantes e refugiados.

À vista disso, nesta seção, primeiramente se faz um registro com a finalidade de apresentar publicações, nas quais o PLAc é caracterizado como uma política linguística

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

(Quadro 1). Esses estudos são teses, dissertações e artigos que foram publicados entre 2016 e 2020, e envolvem os aspectos políticos para integração e acolhimento de imigrantes. Em seguida, se reconhece os resultados de três estudos que mostram o Português como atividade de acolhimento para grupos minoritários, assim tornando-se uma política linguística.

O levantamento bibliográfico das pesquisas analisadas foi feito através do acesso as plataformas *Google Acadêmico* e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, a fim de encontrar estudos publicados que dizem respeito ao Ensino de PLAc no Brasil. Desse modo, constitui-se o quadro a seguir:

Quadro 1 – Pesquisas em PLAc.

TESES	Moura (2020) Bottura (2019) Barros (2017) São Bernardo (2016)
DISSERTAÇÕES	Soares (2019) Santos (2018) Lopez (2016) Giacomini (2017)
ARTIGOS	Balzan; Kanitz (2020) Bulegon; Soares (2019) Silva; Amado (2018) Diniz; Neves (2018)

Ressalte-se que as pesquisas mencionadas apontam a importância da área de PLAc na última década como meio de fomento e de consolidação das políticas linguísticas para o ensino-aprendizagem de Português. Ademais, existem outras pesquisas sendo realizadas ou que já foram discutidas em outros gêneros acadêmicos que também são extremamente relevantes para o desenvolvimento da área de PLAc. Contudo, pretende-se com esse texto evidenciar os trabalhos sobre PLAc e suas conexões com as políticas linguísticas.

Desse modo, verificou-se três estudos, os quais, as ações para a aprendizagem do Português são o principal objetivo, dentre eles estão: a tese de São Bernardo (2016), a dissertação de Soares (2019) e o artigo de Balzan; Kanitz (2020). Nestes estudos a

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

aprendizagem da língua portuguesa torna-se, assim, uma necessidade emergencial para essas pessoas que, sem condições financeiras para pagar um curso em escolas de idiomas, recorrem a centros sociais e associações de apoio a imigrantes que, de forma voluntária e assistemática, promovem um primeiro contato com a língua.

Sendo assim, o trabalho de São Bernardo (2016) dá importância para a luta de pessoas que sairiam dos seus países em busca de reconstruir uma nova vida. Há também na pesquisa realizada uma preocupação com a língua de acolhimento. O ensino do Português para esses indivíduos deslocados significa proporcionar a integração social a fim de sanar alguns problemas de ordem social.

A pesquisadora realiza uma pesquisa-ação em uma sala de aula de Português para imigrantes e refugiados, no Núcleo de Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE), na Universidade de Brasília. As ações desenvolvidas nas aulas tinham como objetivo suprir as necessidades de uso da língua portuguesa.

Desta forma, o módulo intitulado de acolhimento proporcionou, dentro de um curso de PLAc, competências comunicativas e sensibilização para as diferenças culturais dos alunos imigrantes e refugiados que, por meio das atividades didáticas, ajudaram na aquisição do Português por esses indivíduos.

A aprendizagem da língua de acolhimento se deu com foco em temas emergenciais para esse público. Além do mais, a pesquisadora pretendeu, com sua pesquisa, ampliar a área de estudos em PLAc, formulando material específico utilizado no módulo para refugiados a fim de ajudá-los no novo espaço social em que estão inseridos.

A pesquisa de São Bernardo apresenta a oferta de um curso de PLAc em um núcleo de formação e elaboração de materiais didáticos para um grupo específico, organizados por uma equipe de professores qualificados (mestres e doutores) no ensino de Português para estrangeiros que se importam com este contexto.

Portanto, o estudo apresentado por São Bernardo, as ações propostas pelo NEPPE, o curso de PLAc oferecido por ele e a criação de materiais específicos, segundo Shohamy (2006), são atitudes que concretizam uma política linguística real, uma vez que ela surge de uma necessidade dos envolvidos no contexto acadêmico e local. Vale ressaltar que essas movimentações em favor do ensino do Português para imigrantes e refugiados contribuem fortemente para ampliação das políticas linguísticas reais.

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

Em Balzan; Kanitz (2020) observa-se também a preocupação com grupos de imigrantes e refugiados. O estudo relata vivências experienciadas em um Curso de Extensão no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS (Compus Bento Gonçalves). Os pesquisadores relatam que o ano de 2010 foi marcado pelo grande número de imigrantes que adentraram o Brasil em busca de acolhimento. No cenário riograndense, haitianos, senegaleses e venezuelanos tentam recomeçar suas vidas no estado brasileiro, atraídos pela oferta de trabalho e acesso aos serviços públicos de saúde e educação.

O trabalho desenvolvido por Balzan e Kanitz mostra que o município de Bento Gonçalves é um dos que mais recebe imigrantes no Estado do Rio Grande do Sul. É a partir disso que aprender o Português é o principal objetivo dessas pessoas que almejam falar a língua devido as necessidades emergenciais de sobrevivência no novo país, entretanto, sem condições financeiras para pagar um curso, recorrem a centros sociais e associações de apoio a imigrantes que, de forma voluntária e assistemática, promovem um primeiro contato com a língua portuguesa (BALZAN; KANITZ, 2020).

Nesse contexto, tornou-se fundamental mencionar que o ensino de PLAc ofertado por grupos voluntários reverbera alguns elementos que vêm sendo destacados por diversos pesquisadores na contemporaneidade como, por exemplo, ausência de políticas públicas voltadas para imigrantes, as formações inicial e continuada de professores de Português como língua não materna ainda ofertadas de modo insuficiente pelas instituições de ensino superior, dentre outros. Isto é, estes grupos tornam-se muitas das vezes o único lugar de acolhimento dos imigrantes em termos de ensino-aprendizagem de Português, de acesso aos serviços de saúde e educação, e de participação social.

Os autores reforçam a ideia de que não são viabilizadas políticas linguísticas oficiais para o ensino de PLAc para essas pessoas que chegam em situação de vulnerabilidade no Brasil, no entanto, ações de extensão são executadas e assim, caracterizadas como uma política linguística não oficial, a fim de proporcionar o ensino do PLAc.

Este último fato fica evidente na pesquisa de Balzan; Kanitz (2020). O IFRS, Campus Bento Gonçalves, começou a promover desde 2013 um Curso de Extensão de PLAc para atender especialmente a comunidade de imigrantes e refugiados. O curso intitulado de “Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados” tem como objetivo “promover um aprendizado da língua portuguesa que permita aos sujeitos comunicar-se em situações cotidianas de interação social” (BALZAN; KANITZ, 2020, p. 277).

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

O Curso de PLAc oferecido no IFRS é desenvolvido em dois módulos didáticos de nível básico e presencial: o módulo I, voltado para situações orais do cotidiano dos sujeitos em situação de comunicação, e o módulo II, que contempla o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos alunos. A carga horária do curso é de 30 horas distribuídas em durante um semestre uma vez por semana no período noturno. A formação dos alunos fica a cargo dos professores do corpo docente efetivo do IFRS, experientes no ensino de língua estrangeira.

O estudo em questão tem uma proposta metodológica que visa a língua em contexto de uso, dando prioridade às necessidades reais de comunicação; desse modo, o material didático utilizado nas aulas é elaborado pelo próprio professor tomando por base a perspectiva do acolhimento, apresentando aos alunos situações sociais interpessoais, profissionais e culturais na língua alvo.

A pesquisa de Balzan; Kanitz (2020) mostra os números apresentados pelo curso de extensão: desde o começo das atividades foram matriculados mais de 300 estrangeiros vindos de vários lugares do mundo, mas a maioria do público é de haitianos. Até 2019, o número de alunos que concluíram atingiu a marca de 152 concluintes.

Nota-se também que neste estudo houve uma ação de política linguística real, na qual buscou afirmar um compromisso com o contexto de acolhimento de imigrantes e refugiados que chegam na cidade Bento Gonçalves. Todos os envolvidos no curso de Português buscam legitimar essa política através elaboração e a oferta de um curso de PLAc em uma instituição pública de ensino.

Na dissertação de Soares (2019), defendida em um programa de pós-graduação em Linguística Aplicada, foi apresentada a elaboração de um material didático, o qual teve por finalidade ajudar nas aulas de PLAc, levando em consideração as características do ensino de línguas na perspectiva de acolhimento.

A pesquisadora propõe também uma oficina que demonstre o uso do material em sua prática como professora de PLAc para grupos minoritários de imigrantes e pessoas deslocadas de seus países. O outro propósito dela é poder ajudar outros professores que trabalham em contextos similares, assim construindo novas metodologias e materiais didáticos.

É neste contexto do ensino de língua na perspectiva de acolhimento que os materiais didáticos ocupam um papel importante de promoção a uma política linguística real, visto que

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

eles podem servir como subsídio na construção de um currículo norteador para cursos de PLAc, bem como contribuir na formação de professores.

Diante disto, a pesquisa de Soares (2019) salienta a necessidade de se desenvolver de forma constante materiais para ensino de Português como língua não materna; seguindo esta ideia são explorados dois materiais, os quais são usados em momentos de aprendizagens de PLAc. Soares (2019, p. 15) apresenta-os:

Pode Entrar: Português para Refugiadas e Refugiados (FEITOSA et al. 2015), desenvolvida conjuntamente pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Curso Popular Mafalda e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), e a apostila didática Portas Abertas (REINOLDES, MANDALÁ, AMADO, 2017), disponível gratuitamente para download, publicizada em 2017, fruto do trabalho realizado pelo centro de línguas da USP, juntamente à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da cidade de São Paulo (SOARES, 2019, p.15).

Os materiais analisados por Soares (2019) são denominados como políticas oficiais, pois são elaborados por universidades federais e secretarias que atuam como operacionalizadores dessa política.

Posto isso, deve-se ressaltar que o estudo de Soares se preocupa em ir além, criando condições de política linguística em sua pesquisa, assim, ela pretende ampliar os estudos relativamente recentes sobre acolhimento linguístico no Brasil, desenvolvendo um material didático colocado e, posteriormente, publicado para contribuir com a área de PLAc.

5 Considerações Finais

Neste artigo, procurou-se primeiramente fazer uma reflexão a partir dos dados do grande fluxo migratório no Brasil e como eles contribuem para o gerenciamento de uma possível política de acolhimento. Diante disso, fez-se uma discussão sobre a área do PLAc e como estes estudos podem fazer conexões com ações que são determinadas como políticas linguísticas.

Neste sentido, de acordo com os resultados apresentados nas pesquisas analisadas, percebeu-se que os cursos de extensão de PLAc e os materiais didáticos elaborados apresentam-se como políticas linguísticas reais de promoção ao ensino de PLAc para pessoas em situações de imigração e refúgio que estão no Brasil.

Portanto, o objetivo deste artigo foi apresentar algumas pesquisas que tiveram como foco ações realizadas e caracterizadas como política linguística para ensino do Português como língua de acolhimento com o propósito de discutir como as atividades realizadas em

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

contextos de PLAc foram essenciais e fizeram relações possíveis para o desenvolvimento de novas políticas linguísticas.

Referências

ACNUR. *Dados sobre refúgio*.

Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/>>. 2018. Acessado em: 11/02/2021.

ANÇÃ, Maria Helena. Português – língua de acolhimento: entre contornos e aproximações. In: *Congresso Internacional sobre História e Situação da Educação em África e Timor*. Lisboa: FCSH/Universidade Nova, p.1-6, 2003.

ALENCAR, Tiego Ramon dos Santos. *Ensino do Português como Língua Adicional na Universidade Federal do Amapá: ações de política de línguas em contexto de internacionalização*. Revista X, Curitiba. Vol. 13, n. 1, p. 323-350, 2018.

ALENCAR, Tiego Ramon dos Santos. *Para além das fronteiras: narrativas de professores universitários sobre o lugar do Português como Língua Adicional no Amapá*. Dissertação Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2019

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Tradução. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BARROS, Wellington dos Santos. *Mobilidade humana e pluralismo religioso: a Missão Paz e o diálogo inter-religioso na acolhida de imigrantes e refugiados*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017

BOTTURA. Eleonora Bambozzi. “Como é no seu país?” estudo autoetnográfico de uma prática pedagógica em Português língua de acolhimento para mulheres migrantes no Brasil: implicações para a formação de professores. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2019.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Tradução de Isabel Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

BULEGON Mariana; SOARES. Laura Fontana. *Impactos sociais dos novos fluxos migratórios e políticas linguísticas no Brasil: o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc)*. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 23, n. 3, p. 638-655, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12685/8433>>. Acessado em: 07/06/2021.

BALZAN Carina Fior Postinger; KANITZ Andreia. *Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados: relato de uma experiência no IFRS - Campus Bento Gonçalves*. LínguaTec, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves v. 5, n. 1, p. 273-284, 2020.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves.; NEVES, Amélia Oliveira. *Políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no Ensino Básico brasileiro*. Revista X, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 87- 110, 2018.

GIACOMINI, Taize. *Experiências de ensino de língua portuguesa para haitianos em contextos educativos formais e não formais: um estudo no município de Pato Branco (PR)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.

Conexões possíveis entre políticas linguísticas e Português como Língua de Acolhimento (PLAC): considerações a partir de estudos recentes

GROSSO, Maria José dos Reis. *Língua de acolhimento, língua de integração*. Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010.

LOPEZ, Ana Paula de Araújo. *Subsídios para o planejamento de cursos de Português como língua de acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016

LOPEZ, Ana Paula de Araújo. *Português como Língua de Acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil: alguns princípios para o ensino à luz da Interculturalidade*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 18, n. 2, p. 389-416, 2018.

LOPEZ, Ana Paula de Araújo.; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Iniciativas Jurídicas e Acadêmicas para o Acolhimento no Brasil de Deslocados Forçados. *Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira*, Brasília, Edição especial n. 9, 2018.

SANTOS, Eliana Barbosa dos. *Português língua de acolhimento: interação e inserção social de imigrantes por meio do whatsapp*. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, 2018.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral dos. *Português como Língua de Acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2016.

SILVA, D.; AMADO, Rosane de Sá. Aprendizagem de uma segunda língua e identidades: uma abordagem discursiva das identidades de haitianos aprendentes do Português como língua acolhimento. *Revista SIPLÉ*, n. 9, 2018.

SOARES, L. F. *Proposta de material didático multinível para a aula de Português como língua de acolhimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

MOURA, Maria Lurdes de. *Português como língua de acolhimento: uma proposta de ensino-aprendizagem*. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.

SHOHAMY, Elana. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. London: Routledge, 2006.

SPOLSKY, Bernard. *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Recebido em 15/11/2020.

Aceito em 26/04/2021.